

O FEMINISMO NAS DIFERENÇAS

DUTRA, Karla Heloisa da Silva ¹

ANTÔNIO, Lana da Silva ²

SANTOS, Julia Braz dos ³

TREVIZANO, Letícia Cristina Barbosa ⁴

BARROS, Ana Carolina Ferreira da Costa ⁵

GOUVEIA, Rhaissa Braga ⁶

SOUZA, Jefté Moraes ⁷

MOTA, Bruno Feital ⁸

TOLEDO, Jaqueline Duque Kreutzfeld ⁹

STEPHAN, Francesca ¹⁰

RESUMO

O Movimento Feminista vem ganhando visibilidade e notoriedade devido a sua expansão e inserção de mulheres adeptas as suas ideias. É um movimento que permitiu também outras discussões que surgiram em paralelo como o empoderamento da mulher negra. O objetivo do estudo foi verificar a percepção de mulheres em formação superior, em uma faculdade pública e uma privada, na cidade de Ubá, sobre o movimento feminismo. Especificamente a presente pesquisa objetiva identificar características das variáveis sócio-demográficas da amostra e analisar

1 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: karla.heloisa@gmail.com

2 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: lanna-wesley@gmail.com

3 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: juliabrazpsi@gmail.com

4 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: lelebarbosa@hotmail.com

5 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: carolcosta@gmail.com

6 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: rhaissagouveia@gmail.com

7 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: jeftesouza@fagoc.br

8 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: brunofeital@hotmail.com

9 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: consultoriaemrh@hotmail.com

10 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: francesca.tavares@fagoc.br



o conhecimento das participantes sobre movimentos sociais feministas. Como resultado, destacamos que na instituição particular, as participantes tiveram média de idade de 32 anos, a escolaridade de suas mães era de 68% com apenas o ensino fundamental incompleto e, também, 68% delas se autodeclararam brancas. Na instituição pública, as participantes tiveram como média de idade 22 anos, as mães de 30% delas têm ensino superior completo e 50% das entrevistadas se consideram negras.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Feminista, Feminismo Negro, Formação Superior.

INTRODUÇÃO

O movimento Feminista envolve um espaço de cruzamentos conceituais e formas híbridas de saberes (OLIVEIRA, 2010). Existem diversos conceitos para o feminismo e diversos enfoques teóricos e conceituais, mas de maneira geral o feminismo busca discutir o empoderamento das mulheres em virtude de uma desvalorização histórica e a promoção da equidade de gênero em todas as atividades sociais, culturais e da economia (SCHIAVO; MOREIRA, 2004).

No presente trabalho, iremos abordar dois enfoques diferentes do Feminismo: o Feminismo Branco e o feminismo Negro. O primeiro iniciou-se a partir das grandes desigualdades existentes entre os gêneros – homem X mulher. Neste primeiro enfoque, pretende-se uma equiparação

entre os dois tanto na política, trabalho, economia e campo social. Porém, a mulher negra sempre trabalhou (desde o período da escravidão). Enquanto as mulheres brancas iam às ruas protestar por seus direitos políticos, a mulher negra ficava cuidando das crianças como babá. O feminismo negro busca os mesmos princípios de empoderamento do feminismo branco, porém com maiores reivindicações, algo conhecido como Interccionalidade que trata da consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação (CRENSHAW, 2004). O feminismo negro busca interseções entre estes diversos fenômenos - classe, gênero e raça. Essa diferenciação na busca pelo empoderamento da mulher observa-se a grande influência cultural de raças que o Brasil enfrenta desde sua colonização, proporcionando o preconceito historicamente construído e socialmente mantido (BANDEIRA; MELO, 2016).

O movimento Feminista refere-se à percepção da mulher como sujeito de sua vida o que eleva o movimento a um fator geral, com particularidades em suas correntes que não podem ser desassociadas, pois tem uma história em comum, a luta social da mulher pela quebra da cultura como objeto de opressão proporcionando o empoderamento da mesma.

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (SCHIAVO e MOREIRA, 2004, p 59).

O Movimento feminista no Brasil tem como marco de sua fundação a publicação do livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Dionísia Gonçalves Pinto pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta

(1810-1885) (BANDEIRA, MELO, 2010; OTTO, 2004). Atuante como defensora da adesão mais ampla de mulheres nas escolas e educação, Nísia foi um precursora do engajamento social, político e educacional do Movimento Feminista, mesmo antes de receber este termo.

Um das primeiras solicitações do movimento era uma política educacional que permitisse a adesão da mulher em escolas. Além da busca por educação, se intensificou a luta das mulheres pelo direito ao voto, adesão na política.

A história política brasileira nunca se caracterizou pela participação popular, tendo uma tradição de exercício do poder autoritário, seja em termos políticos, seja nas relações senhor escravo, marido-mulher, pai-filhos. Para as mulheres este cerceamento foi mais dramático; sem acesso a educação, conquistaram o direito de voto e abriram os portões das escolas de ensino médio e superior, ao longo dos anos finais do Império as primeiras décadas republicanas. Mas, só com reforma Capanema (governo Getúlio Vargas 1930/45) foi que se consolidou o acesso feminino ao ensino superior brasileiro. (BANDEIRA; MELO, 2010 p 19)

A partir desse momento, observa-se a conscientização de algumas mulheres sobre a opressão social de gênero, classe e raça que a colocou por muito como objeto passivo de direitos e com limitada participação nas lutas sociais e nas políticas públicas (LIMA, 1995).

A Constituição de 1988 contemplou cerca de 80% das propostas do movimento das mulheres, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil, destituindo o pátrio poder. Houve a criação dos Conselhos femininos, órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres (OTTO, 2004). As mulheres ganharam espaço nas decisões legais, políticas e culturais, o que permitiu que outras injustiças comesçassem a ficar evidentes, como a participação das mulheres negras nestes movimentos, ocasionando uma busca por lugares diferentes nas concepções e reposicionamento político feminista no Brasil (CARNEIRO, 2003).

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial. (CARNEIRO, 2003 p 119).

O Quadro 1 mostra os temas das pautas das discussões do movimento feminista que passaram a se discutido.

Quadro 1: Questões discutidas pelo movimento Feminista

O reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
O reconhecimento das diferenças intragênero;
O reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
O reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
O reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
O reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, consequentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
O reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas.

Fonte: CARNEIRO, 2003.

De forma específica, a luta do Feminismo Negro se baseia no conceito de “Interseccionalidade” (HIRATA, 2004; CREWSHAW, 1994). Um conceito sociólogo que estuda as interações nas vidas das minorias, entre

diversas estruturas de poder. É a consequência de diferentes formas de dominação ou discriminação. Ela trata das interseções entre esses fenômenos.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002 p 177).

É importante destacar essa diferença, porém deve-se ater quanto ao rastro, a “Differance” (DERRIDA, 1963) que passa despercebida nesta luta por direitos e conquistas. Há uma história, uma relação entre essas duas vertentes que é a própria busca pelo “empoderamento”.

O grande problema está em como poderão os oprimidos que ‘hospedam’ o opressor em si, participarem da elaboração como seres duplos, inautênticos da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descobrem ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 1987 p 17).

Isso tem refletido na formação de ideologias dentro do Movimento Feminista que, apesar do rastro que trazem em sua “Differance”, se diferenciam em pontos que provocam uma dicotomia quanto à busca pela igualdade. Busca-se a equiparação de gênero, classe, raça, política, economia... E, ao mesmo tempo, uma diferenciação nessa busca, pois a história, mesmo sendo atravessada não é única, pois enquanto o Movimento Branco teve em sua base a mulher livre do sistema escravocrata buscando seu lugar no mercado de trabalho (a princípio), o

Movimento Negro tem as algemas da escravidão como base cultural, social e política em sua formação e pretende desassociá-la para sua autonomia em todos os setores da sociedade (BRITTO, 2016).

Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2011, cerca de 23,6% da taxa de frequência líquida em ensino Superior são de mulheres brancas e 10,9% de mulheres pretas ou pardas. Deste modo, procurou-se entrevistar algumas mulheres estudantes do ensino superior para analisarmos se a questão de classe, gênero e raça tem influência da adesão de mulheres e questionar se as mesmas se reconhecem nesse processo quanto formação de sua identidade e da mulher na sociedade diante do Movimento Feminista.

Reconhece-se que o feminismo foi o movimento social mais importante da segunda metade do século XX e esta atuação modificou a vida de gerações de mulheres, dos mais diversos segmentos sociais e raciais. No século XXI, o feminismo consolida-se como política de Estado, ao mesmo tempo em que se ampliaram os mecanismos de consulta e participação social na formulação de políticas públicas. Mas, a vida das mulheres e homens ainda não foram totalmente tocada pelo ideário da igualdade e permanece como um desafio para as novas gerações. (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 41).

O artigo em questão busca promover o estudo sistemático das vertentes do Feminismo Branco e o Feminismo Negro, destacando determinantes essenciais para seu estopim, além do impacto sociocultural e político dessa diferença que está em uma “Differance” na própria construção do feminismo nessas vertentes. Também abordar-se-á a análise da possibilidade de relação deste movimento no ingresso de mulheres no ensino superior e se as mesmas são conscientes do seu impacto em sua formação enquanto identificação nestes movimentos, fazendo um paralelo entre faculdade pública (UEMG) e particular (FAGOC) do município de Ubá - MG. Portanto, o objetivo do presente estudo é verificar a percepção de mulheres em

formação superior, em uma faculdade pública e uma privada, na cidade de Ubá, sobre o movimento feminismo. Especificamente a presente pesquisa objetiva identificar características das variáveis sócio-demográficas da amostra e analisar o conhecimento das participantes sobre movimentos sociais feministas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa mista de finalidade básica e objetivo exploratório, que utilizou questionários estruturados e entrevistas para coleta de dados. A abordagem quantitativa é feita na aplicação e análise dos questionários estruturados e a abordagem qualitativa no desenvolvimento e análise das entrevistas semiestruturadas.

Uma pesquisa que tem como objetivo adquirir conhecimentos novos que contribuam para o avanço da ciência, sem que haja uma aplicação prática prevista. Neste tipo de pesquisa, fazendo com que o investigador acumula conhecimentos e informações que podem, eventualmente, levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes (FONTELLE; SIMÕES, FARIAS 2009) e exploratória para a primeira impressão como tema e familiaridade com os fatos e fenômenos relacionados com o tema a ser abordado. Este tipo de pesquisa permite apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural (FONTELLES, 2008)

Visando identificar como se dá o entendimento da identidade racial e do próprio Feminismo, realizou-se um estudo qualitativo com 16 alunas do 1º período do curso de Psicologia na Instituição de Ensino Privado – FAGOC (Faculdade Governador Ozanam Coelho); e dez alunas (nove do primeiro período e uma do sétimo período) do curso de Ciências Biológicas da Instituição de Ensino Superior Pública – UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais). As duas instituições estão localizadas no Município de Ubá - MG Ubá e pólos de ensino superior para toda a região.

Todas as participantes foram convidadas a participar da pesquisa após o esclarecimento dos objetivos do estudo. Foi explicado a elas que sua aceitação da participação na pesquisa, ou sua recusa não acarretaria em nenhum prejuízo. Assim como, sua desistência poderia ocorrer a qualquer momento prévio ou posterior a realização das entrevistas (Consentimento livre e esclarecido). A pesquisa foi realizada dentro da sala de aula das alunas participantes de cada uma das instituições envolvidas.

Para a coleta de dados foi utilizado primeiramente um questionário estruturado autoaplicável para conhecimento do perfil das participantes. Houve supervisão das pesquisadoras para caso houvesse alguma dúvida quanto à interpretação de alguma questão. Essa supervisão buscou o mínimo de interferência possível evitando a indução de resposta.

Após a aplicação do questionário, foi feita uma roda de conversas para debater o tema e esclarecer dúvidas do mesmo. A escolha por alunas do primeiro período se justifica pela intenção de analisar e a interpretação das acadêmicas logo no início do ingresso ao Ensino Superior, já aluna do sétimo período manifestou seu interesse em participar assim que soube do tema.

Para a análise dos dados quantitativos foi realizada um levantamento da frequência das respostas. E para a análise dos dados qualitativos foi realizada uma análise de conteúdo que é a “presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento de mensagem” (FONTELLES, 2009).

Uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir interferências do conteúdo da comunicação de um texto e replicáveis ao seu contexto social, o texto é como uma expressão do sujeito (FONTELLES, 2009; DENZIN E LINCOLN, 2006; MARCONI, LAKATOS, 2010). Este método se torna importante em nossa pesquisa, pois nos garante uma análise das respostas das entrevistadas, ao mesmo tempo em que podemos

considerar seu contexto social para esta mesma análise.

RESULTADOS

Os resultados do questionário estruturado respondido pelas dezesseis alunas da Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC) e pelas dez alunas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), geraram informações sobre os dados sócio demográficos das alunas.

A idade das participantes variou entre de 18 a 42 anos, com média 32 anos na FAGOC enquanto na UEMG as idades variaram entre 18 a 26 (média 22 anos). Nota-se que a média de idade na universidade pública é menor. Todas as entrevistadas na UEMG são solteiras e sem filhos, já na FAGOC houve a presença de uma mulher casada com três filhos e uma em união estável, uma solteira com filho, além das 13 solteiras sem filho.

Com relação à escolaridade, Na FAGOC, 68% participantes responderam que suas mães possuíam o Ensino Fundamental Incompleto. Em relação aos pais, oito entrevistadas disseram que eles possuem, enquanto 18% não sabiam a escolaridade dos pais. Já na UEMG, 30% das participantes tem mãe com curso superior. Em relação aos pais, 50% dos pais possuíam o ensino Fundamental Incompleto. Os resultados mostraram que as alunas entrevistadas na instituição pública possuem mães e pais com maior escolaridade que as da instituição particular. Na FAGOC, 37,5% das participantes não possuem renda pessoal. Na UEMG, 37,5% possuem renda pessoal de até um salário mínimo. Com relação à renda familiar, na FAGOC, 25% da amostra possui quatro salários mínimos ou mais. Na UEMG, são 18,7% das participantes com essa renda familiar.

Ao serem questionadas em relação à raça das entrevistadas, na FAGOC a maioria das mulheres (68,7%) se consideraram brancas, quatro pardas e uma negra; enquanto na UEMG, metade delas se autodeclararam negras (50%). A Tabela 1 evidencia os dados sociodemográficos.

Tabela 1: dados sociodemográficos da Amostra

	FAGOC	UEMG
N	16	10
Idade Média	32 anos	22 anos
Estado Civil	14 solteiras (87,5%) 1 casada com 3 filhos (6,25%) 1 solteira com 1 filho (6,25%)	10 Solteiras e sem filhos (100%)
Escolaridade das mães	11 Fundam. Incompleto (68,75%) 2 Fundamental Completo (12,5%) 1 Médio Incompleto (6,25%) 1 Superior Completo (6,25%) 1 não soube responder (6,25%)	3 Superior (30%) 2 Fundamental Completo (20%) 2 Fundamental Incompleto (20%) 2 Médio Completo (20%) 1 cursando Ensino Médio (10%)
Escolaridade dos Pais	8 Fundamental Incompleto (50%) 3 Não souberam responder (18,75%) 3 Médio Incompleto (18,75%) 1 Médio Completo (6,25%) 1 fundamental Completo (6,25%)	5 Fundamental Incompleto (50%) 3 Fundamental Completo (30%) 1 Médio Completo (10%) 1 Não soube responder (10%)
Renda pessoal	6 – até um salário mínimo (37,5%) 6 – Não possuem renda (37,5%) 4 – até dois salários mínimos (25%)	6 – até um salário mínimo (60%) 3 – até dois salários (30%) 1 – Não possui renda (10%)
Renda Familiar	6 – Até 2 salários mínimos (37,5%) 4 – até 3 salários mínimos (25%) 4 – 4 salários mínimos ou mais (24%) 2 – até 1 salário mínimo (12,5%)	4 – Até 2 salários mínimos (40%) 3 – 4 salários mínimos ou mais (30%) 2 – até 3 salários mínimos (20%) 1 – até 1 salário mínimo (10%)
Raça Autodeclarada	11 – Brancas (68,75%) 4 – Pardas (25%) 1 – Negra (6,25%)	5 – Negras (50%) 3 – Brancas (30%) 2 – Pardas (20%)

Descritas as características sociodemográficas da amostra pesquisada, seguimos para os resultados qualitativos para o entendimento da percepção das entrevistadas sobre o feminismo, mas precisamente o feminismo racial.

Nas entrevistas com roteiro semiestruturado realizadas nas duas instituições, foi perguntado a respeito do entendimento dessas mulheres sobre o movimento feminista. Na FAGOC, a maioria respondeu que o movimento engloba promover a igualdade entre homem e mulher; empoderamento da mulher na sociedade; ir à busca do direito das mulheres; expor a violência contra a mulher, procurando por um fim. Já na UEMG, as respostas variam entre promover a igualdade entre mulher e homem; expor a violência contra a mulher, procurando por um fim; e em todas as alternativas (promover a igualdade entre homem e mulher; empoderamento da mulher na sociedade; ir à busca dos direitos

das mulheres; expor a violência contra a mulher, procurando por um fim).

Além disso, também foi perguntado em que campo cada estudante acredita que a mulher vem conquistando maior espaço, a maioria da FAGOC respondeu que é no mercado de trabalho, porém as outras variam entre: na política; mercado de trabalho; relacionamentos pessoais; títulos importantes tais como, artistas famosos, grandes gênios, entre outro. Enquanto na UEMG, as respostas alternaram entre: política; mercado de trabalho e acadêmico.

Em relação aos campos onde as mulheres são mais respeitadas, a maioria das entrevistadas da FAGOC acredita que seria quando na presença de títulos importantes, tais como: artistas famosos, grandes gênios, entre outros; porém cinco mulheres responderam que a mulher é mais respeitada no campo acadêmico e apenas uma acredita que a mulher é mais respeitada no mercado de trabalho. Já na UEMG, as respostas variaram entre: política; relacionamentos pessoais e em títulos importantes tais como: artistas famosos, grandes gênios, entre outros.

Na opinião das estudantes da FAGOC, sete responderam que as mulheres sofrem maior preconceito devido ao machismo, todavia as outras variam sua opinião em gênero; classe social; raça; preferência sexual e outros nos quais foram seguidos com argumentos como, as mulheres são oprimidas pelas todas as formas citadas anteriormente. E na UEMG, a respostas que predominaram foram: Gênero; Classe social; Raça; Machismo; Preferência sexual.

Em questão do conhecimento de todas as entrevistadas sobre as duas vertentes do Movimento Feminista (Branco e o Negro), em ambas as instituições a maioria das mulheres não conhecia nenhuma destas vertentes do feminismo. Porém, na FAGOC, apenas uma conhecia os dois movimentos, uma só o Branco e uma somente o Negro, mas nenhuma fazia parte de nenhum destes. Na UEMG, só uma mostrou conhecimento sobre os dois movimentos, sendo que participa do Movimento Feminista Negro, enquanto as outras não conheciam ou participavam de nenhum.

Outra pergunta foi lançada, na qual busca saber o que as entrevistadas pensam sobre o Movimento Feminista. Nas duas instituições a maioria considerou o movimento importante, porém três ou duas responderam que não eram capazes de opinar sobre tal. Além disso, perguntase em que campos as entrevistadas como mulheres, sentiam mais dificuldade em atingir metas. Na FAGOC cinco relataram que sentiam em todos os campos e as demais respostas variaram em: social; profissional; pessoal e acadêmico. Na UEMG, as respostas variaram em: social; profissional; todos e outros.

Outro aspecto importante foi perguntar se as graduandas concordavam ou não se a mulher negra possui vantagens de acordo com a tonalidade de sua pele. Sendo na FAGOC, a maioria não concordou, todavia duas concordaram e apenas uma não emitiu sua percepção. E na UEMG, nove não concordaram com a afirmação de que a tonalidade da cor diferencia as vantagens e apenas uma concordou com a afirmação.

Também foi perguntado se em questão de raça, há maior facilidade para algumas mulheres no ensino superior. Na FAGOC, nove responderam que há maior facilidade e na UEMG apenas uma concordou.

Em outra pergunta se as estudantes acreditam que o Movimento feminista influencia ou influenciou de alguma forma sua adesão ao Ensino superior. Entretanto a maioria destas da FAGOC optaram que não, mas cinco disseram que sim, sendo que duas alegaram que não conhecem o Movimento. Já na UEMG três disseram que não, duas disseram que sim e cinco não souberam opinar.

Além disso, buscou-se saber se as graduandas como mulheres acreditam que a classe é fator que pré-dispõe a exclusão social. Em ambas as instituições a maioria delas concordaram com o fato, e apenas uma em cada discordou. Sob a mesma pergunta só que agora se referindo com o gênero, novamente a maioria concordou, apenas duas discordaram. Em questão da raça, a maioria em ambas as instituições responderam que sim e apenas uma na FAGOC discordou.

E por fim, foi perguntado se a luta da mulher negra se assemelha com a da mulher branca dentro do movimento feminista. Na FAGOC cinco responderam que sim, apenas uma discordou, dez relataram não terem conhecimento e na UEMG apenas uma concordou e as outras nove discordaram.

Os resultados apontam para uma participação ainda tímida das estudantes pesquisadas nas discussões do movimento feminista e uma percepção ainda limitada de como das implicações dessa luta no cotidiano como estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é apenas um início de uma pesquisa sobre as diferenças de dois Movimentos Feministas e sua relação com a identificação de graduandas de instituição Pública e Privada. Ainda há muito a ser pesquisado e analisado. Através do levantamento das questões pôde-se observar que o Feminismo, apesar de estar ganhando espaço em sua luta na sociedade, não se apresenta de forma tão clara para alunas que estão no início do ingresso ao Ensino Superior. As alunas, em sua grande maioria, não conhecem as duas vertentes apresentadas, o Movimento Negro e o Movimento Branco. E ao serem apresentadas um pouco a respeito da origem destes Movimentos na roda de conversa, elas indagaram e questionaram a respeito e perceberam suas diferenças e como ao mesmo tempo são interligados em suas buscas.

Percebe-se que há uma pequena diferença nas instituições na própria questão racial das mulheres, sendo que foi observada uma maior presença de negras na instituição pública. Essa questão envolve a percepção de como elas se vêem enquanto grupo social e também a relação da mulher como receptora de muitas afrontas sociais que variam conforme seu gênero, raça e classe (HIRATA, 2004). A consciência da mulher como atuante na sociedade e fortalecida em suas características pessoais é o que garantirá

seu empoderamento (VALOURA, 2010).

A presente pesquisa foi um início de estudo sobre a temática do Movimento Feminista e deve ser levado em consideração por futuros pesquisadores, visto que abre caminho para uma busca por conhecimento aprofundado da questão da mulher na sociedade e sua relação com classe e raça, como isso pode influenciar na formação acadêmica das mesmas. Além disso, o trabalho foi um dos primeiros contatos dos pesquisadores com a pesquisa empírica e, portanto, o processo de construção e desenvolvimento do mesmo torna-se tão importante quanto os resultados alcançados.

A pesquisa ainda proporcionou uma oportunidade de conhecimento para as participantes, pois a maioria ainda não conhecia as duas vertentes apresentadas pela pesquisa. Após responderem o questionário várias dúvidas surgiram e através da roda de conversa seguimos esclarecendo. Deixamos uma provocação que estimulou algumas a pesquisarem sobre o assunto e perceberem que de alguma forma são afetadas pelo Movimento Feminista, pois ele atravessa todas as mulheres em algum momento da história, pois trata da mulher na sociedade e sua atuação no social.

Todo levantamento de dados e materiais nos possibilitou compreender importantes fatores sociais e ao mesmo tempo desmistificar algumas crenças que tínhamos em nosso senso comum, pois a pesquisa é a grande mantenedora do conhecimento científico e o que nos possibilita abrir novos questionamentos para novos cientistas.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes; MELO, HP de. Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2010.

BRITTO, Clovis Carvalho. Mulheres negras em movimento: rizomas da negritude e do feminismo?. Cadernos Pagu, n. 38, p. 4332-440, 2016.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. História [online]. 2011, vol.30, n.2, pp.196-213. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200010>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, 2002.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Artmed, 2006.

DERRIDA, Jacques. De que amanhã: diálogo Jacques/Derrida; Elisabeth Roudinesco. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

LIMA, Marcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 489, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. In: Fundamentos de metodologia científica. Atlas, 2010.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados – A localização e interseccionalidade dos

saberesfeministas. ex Æquo. 22, 2010, PP. 25-39.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 238-241, 2004.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas-SP: 10ª ed. Papyrus, 2012.

SCHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. Glossário Social. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2004. Disponível em: <http://www.comunicarte.com.br/site-comunicarte/downloads/glossario-social.pdf>.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. 2010.